

FUNÇÃO SOCIAL E CULTURAL DA IMPRENSA MILITAR*

JOAQUIM M. FRANCO DE SÁ**
Tenente-Coronel
Guarda Nacional Republicana
Portugal

SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS?
- PAPEL DA IMPRENSA MILITAR E SIMILARES - REVISTAS
- RELAÇÕES INTERNACIONAIS
- NOVOS DESAFIOS COLOCADOS À IMPRENSA INSTITUCIONAL
- NÃO HÁ QUE SE TER MEDO DE MUDAR
- ESTREITAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE REVISTAS MILITARES E SIMILARES - Possibilidades, vantagens e inconvenientes

INTRODUÇÃO

Como consta do programa do Congresso vamos refletir sobre o tema Função social e cultural da imprensa militar, na vertente das:

- Possibilidades, vantagens e condicionamentos do estreitamento das relações internacionais das revistas militares e similares.

QUEM SOMOS?

Sempre que um militar é nomeado para o desempenho de um serviço é seu dever apresentar-se. Não desejando infringir o regulamento, direi que sou o redator-chefe da revista *Pela Lei e Pela Grei*, da Guarda Nacional Republicana (GNR). E o fato de pertencer a tal

* N.R.: O texto é da palestra apresentada pelo autor do Congresso Internacional da Imprensa Militar.

** N.R.: O Tenente-Coronel (GNR) Franco Sá possui o curso de filosofia no Seminário Patriarcal dos Olivais. É membro do Secretariado Nacional da Pastoral da Família, é redator-chefe da revista *Pela Lei e Pela Grei*, da GNR, e é representante da GNR no Fórum de diretores e redatores das revistas de polícia e similares, em França.

corpo especial de tropas não é, para a presente reflexão, nem supérfluo nem indiferente. Pelo contrário, esta pertença implica versatilidade de uma dupla perspectiva. Diz-se-ia que o profissional da GNR é, por um lado, um militar por natureza e condição. E é, por outro lado, um agente de uma força de segurança por função. A natureza diversificada das missões que é chamado a cumprir requer dele uma sensibilidade histórica e social peculiar, uma compreensão das populações e das relações sociais nas suas constantes transformações, até mesmo uma formação cívica e pessoal, uma nobreza de caráter, cujo cultivo constitui uma das principais exigências da *Revista da Guarda*.

Trata-se de uma revista cultural e profissional, publicada trimestralmente, aberta a toda a colaboração exterior. Propriedade da Guarda Nacional Republicana, está sob a égide do major-general, chefe do Estado-Maior do Comando-Geral, seu diretor. O redator-chefe é um oficial superior nomeado e colocado na dependência direta do chefe do Estado-Maior.

Está essencialmente articulada à volta de três pilares: formativo, informativo e cultural.

Apresenta como objetivo principal transmitir conhecimentos técnico-profissionais no quadro da evolução do pensamento sobre a gestão da segurança, tendo em conta a característica da Guarda como força de continuidade entre o militar e o policial.

Tem a sua sede no Quartel do Carmo, em Lisboa, e a sua distribuição é efetuada para todo o dispositivo através das unidades implantadas no país e via postal para entidades específicas.

Os autores dos artigos, regulares ou ocasionais, não pertencem à equipe da direção; eles assumem a plena e inteira

responsabilidade pelo que escrevem e de modo gratuito.

As diferentes etapas da sua elaboração são controladas pela equipe redatorial, à exceção da impressão, que é executada por concurso público, no exterior.

Para os ilustres congressistas estrangeiros convidados que ainda não tiveram oportunidade de contactar com esta instituição, duas palavras apenas sobre quem somos:

Corpo Especial de Tropas desde a sua criação em 1801, com a denominação inicial de Guarda Real da Polícia. A GNR sempre se regeu por princípios e valores militares, embora com uma cultura organizacional própria, mercê da sua dupla característica de corpo militar com funções de polícia.

Este atributo especial não lhe é exclusivo, pois que outras forças de segurança militares do gênero existem na União Européia a que pertencemos, bem como noutras partes do globo.

Como referi, a dupla vocação da GNR entra já

na área da reflexão acerca da função social e cultural da *Revista da Guarda*, enquanto imprensa militar, e também acerca do estreitamento das suas relações internacionais com revistas similares, dada a proveniência de muitos ilustres congressistas que de outros continentes viajaram até Lisboa para um encontro de debate de idéias e partilha de preocupações comuns.

Não tenho dúvidas de que esta semana de trabalho promovida pela *Revista Militar* se prende com a exigência social dos novos tempos, feita aos que, servindo à instituição castrense, comprometeram-se a fazer o combate do dia-a-dia, em prol da nação, mais precisamente das suas gentes, dos seus valores, dos seus objetivos internos e externos.

***A Revista da Guarda
está essencialmente
articulada à volta de
três pilares: formativo,
informativo e cultural***

A melhor resposta a esta exigência vai no sentido de as organizações militares estarem atentas às novas realidades sociais, às profundas mudanças com inesperadas transformações políticas, tecnológicas, econômicas, sociais e culturais. É que uma nova civilização está a emergir e “pretende enterrar as velhas maneiras de pensar, velhas fórmulas, velhos dogmas, velhas ideologias”.¹ Na tentativa de determinar esta nova civilização a cujo despertar nos é dado assistir, dir-se-ia que a “grande maioria das organizações humanas foi surpreendida

pela explosão de acontecimentos que marcaram sobretudo a partir dos meados da década de 80, dando nome à nova civilização: – era da informação”.²

A difusão ilimitada da informação, as conquistas técnicas ininterruptas, a interlocução planetária em rede possibilitada pela Internet

articulam-se com a emergência de um novo mundo que se manifesta social e politicamente na transmutação de instituições seculares – como o Estado, a soberania, as fronteiras, o território, a sociedade civil, a religião e mesmo a família – que hoje adquirem novos significados. Estes acontecimentos estão a obrigar as organizações, entre as quais Forças Armadas e Forças de Segurança, a um enorme esforço de reformulação dos seus conceitos de dirigir e comandar e também a rever as idéias, modelos, referências e práticas de ação que adotaram durante décadas.

PAPEL DA IMPRENSA MILITAR E SIMILAR – REVISTAS

Neste esforço de reformular e inovar têm um papel relevante a desempenhar os órgãos de comunicação escrita – e, em particular, as revistas institucionais. Teorizar esta questão é importantíssimo. Concretizá-la, levá-la a uma realidade efetiva e conseqüente, será como ir em busca de um sonho, dirão alguns dos presentes, será porventura uma proposta utópica. Mas, sem deixar o seu lado, não

quimérico, mas quixotesco, é também, paradoxalmente, a mais pragmática condição de possibilidade de as instituições militares não serem ultrapassadas pela velocidade vertiginosa do próprio tempo. Em tempos que tão rapidamente se transformam, restam, numa luta titânica, apenas duas possibilidades: ou

nós, através de uma reflexão lúcida e corajosa, despojada de preconceitos, saberemos interpretar o tempo e, nesta interpretação, conquistar nele o nosso futuro, ou o tempo fatalmente, como Cronos a seus filhos, acabará por nos devorar a nós.

Mas muitos dos presentes poderiam também contar pelas experiências vividas o quanto valeu *a pena sonhar, sonhando com a pena*. É que o militar que recorre à arma da pena grava no papel o seu estado de alma mais autêntico. Antes de mais, move-o esta autenticidade, o amor pela verdade, uma sincerida-

É que uma nova civilização está a emergir e “pretende enterrar as velhas maneiras de pensar, velhas fórmulas, velhos dogmas, velhas ideologias”¹

1 Maxman Institute – Instituto Internacional de Ciências do Desenvolvimento. Dezembro de 1996.

2 Idem

de incondicional, uma frontalidade corajosa. *Veritas super omnia*—dizei em tudo a verdade a quem em tudo a deveis. A exigência da verdade coloca-nos então diante de um segundo e mais fundamental desafio. Trata-se, não apenas de interpretar o tempo, mas de encontrar nele—e mesmo acima dele—a verdade. A imprensa militar não pode, enquanto militar, abdicar de um sentido de serviço e da referência de valores seguros. Ela deve ser sempre um juramento de fidelidade à pátria, e a expressão dos sentimentos de verdade, de justiça, de paz, de solidariedade, de coragem, de frontalidade, de bem e de liberdade que o constituem.

São estes os valores dos novos tempos a estarem presentes nas instituições e nos seus órgãos de comunicação que se pretendem ajustados e prontos a darem resposta “aos novos desafios de toda uma sociedade que está a adquirir estruturas diversificadas e diferentes muito mais diversas e complexas, e essencialmente muito mais mutáveis do que em qualquer outra época da história humana”.³

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O militar “jornalista”, se me é permitido usar esta linguagem, e eu coloco jornalista entre aspas, deve incentivar cada camarada a ser ator de comunicação como ele, sendo portador do evangelho da causa que os une, para bem cumprir missões nobres e únicas que a sociedade lhes confia.

Para ilustrar o que acabei de dizer e servindo-me do estreitamento da relação existente entre a Guarda Nacional Republicana e a

Gendarmerie Française, que praticam sistematicamente a permuta das suas revistas, permitam-me citar o pensamento de Bernard Prévost, diretor-geral da Gendarmerie Française, sobre atores de comunicação:

“Comunicar não é hoje um luxo, uma oportunidade ou uma faculdade: é uma necessidade. O comandar, a ação operacional, o contato com a população mas também o reforço da nossa coesão interna, não se podem conceber sem uma janela aberta à ‘comunicação’: *il ne suffit pas de bien faire, il faut aussi le faire savoir*’ — não é suficiente fazer bem, é necessário também dar a conhecer o que se faz. A

comunicação produz um duplo efeito benéfico. Ela molda a nossa imagem junto dos escolhidos (público/alvo), dos construtores de opinião e da população; remete-nos também para a nossa reflexão e participa na construção da nossa identidade cultural. Contrariamente a uma idéia

existente, as operações mais espetaculares não são as mais eficazes. Uma palavra, um gesto, um olhar, uma atitude pode gerar reações positivas, como também são susceptíveis de destruir as melhores campanhas de comunicação. Informar, promover a nossa instituição não é monopólio de alguns oficiais ou suboficiais, mesmo se de uma profissionalização de militares investidos na função de comunicação se trate; aliás, hoje em dia indispensável. Tem de ser uma obra coletiva para a qual todos os militares, qualquer que seja a sua graduação ou nível de responsabilidade, devem contribuir sempre que mantenham contatos com as autoridades e os cidadãos.”⁴

³ Idem.

⁴ Prévost, Bernard, in *Gend' Info*, nº 202, abril de 1998.

Este mundo cada vez mais estruturado em moldes globalizantes convida o homem a refletir sobre as possibilidades e vantagens de ter que entender-se, e a pautar-se por normas conducentes à partilha de uma vida humanamente mais digna, sem exclusões e assente no direito à diferença. Por isso é absolutamente essencial que cada comunidade mantenha a sua identidade própria.

Ler, falar e escrever sobre esta cultura nascente é para nós de primordial importância, quando os militares cada vez mais cruzam os continentes, empenhados em operações de paz conjuntas, imbuídos do mesmo espírito de comunhão na resolução de questões relativas à salvaguarda dos mais elementares direitos e princípios da existência da pessoa. É uma nobre missão esta dos tempos de hoje que a sociedade nos confia, mas que só adquire pleno entendimento para quem já viveu *in loco* situações reais, entregando-se generosamente aos que sofrem os males da guerra, ameaças, prisões, flagelos; aos desalojados, aos que sofrem a fome e a doença em cuja causa está a paixão sempre sedutora do poder e do domínio.

Não podemos mudar a natureza do homem, as suas paixões, os seus instintos e as suas ambições. Mas, como militares, como forças armadas e de segurança, temos o dever de progressivamente superar a correspondência natural – e mesmo tantas vezes a identidade – entre poder e injustiça, abuso e privilégios.

Se tivermos bem em conta esta exigência não estranharemos os testemunhos escritos por alguns militares da Guarda que deram

o seu contributo para o processo de paz na UNAVEM III e na MONUA, dando conta das imensas dificuldades que as Nações Unidas vão sentindo no gerir as crises instaladas no globo. Para dar conta destas preocupações ao dispositivo e a todos os seus leitores, a *Revista da Guarda*, numa dimensão pedagógica, formativa e informativa, criou uma rubrica com o nome destas operações decorridas em Angola, país onde os portugueses empenharam tanto do seu esforço e da sua dedicação, e que é hoje um membro fundamental da comunidade lusófona.

As operações de paz, advindas dos compromissos internacionais entre nações, na salvaguarda de princípios que abrem perspectivas e caminhos de convivência fraterna, merecem uma atenção especial. Para o seu êxito, é vital a pesquisa e aquisição de conhecimentos, mas também a permuta de informações

entre organizações congêneres que pela experiência adquirida tenham doutrina e meios específicos que possam partilhar, quando em ações conjuntas, nas persecução de objetivos comuns. Tais missões são uma ocasião em que se torna possível estabelecer intercâmbio internacional e estreitar relações.

As revistas militares e similares, tendo como pano de fundo as questões referenciadas, podem e devem ser fonte de inspiração para os quadros responsáveis, na reflexão sobre as novas situações e empenhamento das forças, novas modalidades de ação, e coordenação, chefia e liderança.

Comunicar não é hoje um luxo, uma oportunidade ou uma faculdade: é uma necessidade

Bernard Prévost

Diretor-Geral da Gendarmerie Française

NOVOS DESAFIOS COLOCADOS À IMPRENSA INSTITUCIONAL

Segundo o Instituto Internacional de Ciência e Desenvolvimento, torna-se-nos hoje inevitável a preparação para o confronto de três grandes desafios universais:

- o imperativo da mudança;
- o imperativo da velocidade;
- o imperativo da inovação.

Esta preparação indispensável diz respeito à velocidade de viver uma nova maneira de

estar no tempo, em correção permanente com os circuitos da comunicação, onde o papel da informação é fundamental.

Civilizações, comunidades, grupos que nascem e que morrem fazem-nos pensar que nunca existiram sociedades estáticas, pois é a mudança que está no núcleo mais íntimo da história, é ela que nos conduz à relação com a realidade, ela própria a mudar em cada momento.

Aqui, perdoe-me o patriotismo, evoquemos o papel determinante dos portugueses na mudança da história, através da gesta dos Descobrimientos. Comemoramos no ano passado, sobretudo com a exposição universal de Lisboa, os quinhentos anos da chegada de Vasco da Gama à Índia; comemoraremos no próximo ano os quinhentos anos da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, país onde “arde ao rubro tudo o que talvez seja o futuro”, para citar as palavras do poeta Álvaro de Campos.⁵ Se a mudança é um atributo de todos os tempos, ela o é privilegiadamente de

hoje, tempo em que se festejam tão tremendos e significativos acontecimentos. Ao falar da mudança, não poderei deixar de evocar Camões. Marinheiro e combatente que sulcou os mares na gesta da abertura de novos mundos, cantou o feito nas brilhantes páginas da literatura lusa do Século XVI. Poderíamos elegê-lo como o arquétipo do militar jornalista, dado que através da sua obra se descobre o feito notável que foi fazer encontro com outras culturas, noutros espaços, com novas gentes de outras raças, estabelecendo e estreitando relações que perduraram até os nossos dias. Talvez porque toda a sua vida foi feita de viagens, ele retratou a mudança com tanto realismo e tanta atualidade.

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser,
muda-se a confiança:
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre

Mas, como militares, como forças armadas e de segurança, temos o dever de progressivamente superar a correspondência natural – e mesmo tantas vezes a identidade – entre poder e injustiça, abuso e privilégios

novas qualidades.
Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança...”

novas qualidades.

novas qualidades.

novas qualidades.

novas qualidades.

NÃO HÁ QUE SE TER MEDO DE MUDAR

Vamos entrar no terceiro milênio, não há que ter medo do que é novo!

A este propósito, diz o sociólogo, professor da Universidade de Milão, Francesco Alberoni no seu livro *O otimismo*:

“Muitas vezes, olhar para fora, observar a realidade é desagradável. A realidade é incrível.

⁵ Um dos heterônimos usados por Fernando Pessoa.

velmente complexa e imprevisível. Para viver devemos construir esquemas mentais, explicações simplificadas do mundo.⁶⁶

Diante do que é novo, do que nos oferece o desafio do enigmático, é sem dúvida mais fácil o recurso ao já adquirido e consolidado, ao esquema que já dominamos, à explicação que já conhecemos, ao modelo já há muito repetido. O novo causa espanto e inquietanos, arrebatamos. Reduzindo o novo à fórmula simples do que é familiar, matando-o na sua novidade, tranquilizamos-nos. Mas trata-se de uma tranquilidade anestésica. Assim, permanecemos fechados ao entusiasmo de um mundo a que um otimismo corajoso nos poderia fazer aceder.

De fato, o militar deve cultivar o otimismo nas mais variadíssimas situações onde o imperativo da missão é resolver problemas, quase todos eles resolúveis com uma atitude positiva e um ânimo generoso que aceite o desafio e o risco.

É uma atitude de que a nossa comunicação institucional deve fazer eco a par de outras virtudes necessárias no servir à comunidade que acredita em nós, desde que nos revelemos, despidos da farda, como um modelo exemplar de cidadão. Se o militar das Forças de Segurança, ou não, quer que os outros digam a verdade, então ele terá de ser verdadeiro. Se quer que os outros paguem impostos, terá de declarar até o último tostão. Se quer que os outros respeitem os limites de velocidade, jamais os ultrapassará! É que a moral não dá apenas direitos, mas sim deveres. E seguindo ainda o pensamento de Alberoni a este propósito:

“O automobilista diz que todos deveriam respeitar os limites de velocidade, mas ele vai

a 180 km à hora. O estudante defende que os professores são injustos, mas ele copia o trabalho de um colega. O comerciante lamenta-se pelo fato de as pessoas não pagarem os impostos, mas ele foge ao IVA*. O político acusa o adversário de ser mentiroso, mas ele também não diz a verdade.

Importa denunciar sobretudo uma moralidade hipócrita, de pernas para o ar: o moralismo. O moralista, como o tartufo de Molière, toma a atitude de moralizador muito íntegro, mas depois faz o que lhe apetece. Tem sempre na boca expressões morais como direito, dever, bem, mal, justo, injusto. Porém, como na parábola do Evangelho, vê o arqueiro no olho do outro, mas não a trave no seu.⁶⁷

Resta-me dizer que perante esta teatralização da vida, tão real como o ar que respiramos, a imprensa militar atingirá bem os seus objetivos se em cada momento e de modo renovado alimentar a alma e a vontade dos homens fardados que, pelo mundo inteiro, tomam em cima dos seus ombros a defesa de causas conducentes à plena cidadania humana.

ESTREITAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE REVISTAS MILITARES E SIMILARES – Possibilidades, vantagens e inconvenientes

O ser cidadão do mundo parece uma afirmação muita abstrata, e mais abstrata parece quando ainda existem obstáculos ao dinamismo do sonho humano: viver em conjunto a felicidade possível. Para a alcançar o homem age segundo a visão que tem do universo em geral, da história humana, do homem, dos diferentes valores humanos (amor, cultura,

É que a moral não dá apenas direitos, mas sim deveres

⁶⁶ Alberoni, Francesco, “O otimismo”, Bertrand Editora, 4ª edição, 1997.

⁶⁷ Idem.

* NR.: Imposto sobre Valor Acrescentado, incidente em Portugal sobre as mercadorias comercializadas, correspondente ao nosso ICMS.

arte, trabalho, dinheiro), do sofrimento, do mal e até da própria morte. A experiência de cada um no crescer e fazer-se homem manifesta-nos já que, para a nossa formação, para sermos o que somos, foi necessário uma operação complicada, tão complicada que costuma dizer-se: "para educar uma criança, é preciso toda uma aldeia".

Todos os aldeões são importantes.

O todo ganha realidade em cada um de nós, mas cada um de nós, abstraído dos laços de uma vida partilhada, não tem mais existência e vida, para usar a conhecida expressão aristotélica, do que uma mão amputada do corpo. Um ser humano isolado torna-se despojado da sua humanidade; ele não é, como disse Aristóteles, senão um animal ou um deus. E o que acontece com o homem individual, acontece com a sua família, com o seu grupo, a sua comunidade, o seu país. Há muito tempo que as sociedades se deram conta de que não têm outro espaço para viverem senão o mundo conhecido, partilhando-o. E esse foi descoberto e tornado conhecido, essencialmente, graças às viagens como aconteceu nos descobrimentos. Diz Alberoni:

"Uma viagem é uma força positiva através da qual o indivíduo se constrói a si mesmo, a sua identidade e, ao mesmo tempo, novas relações humanas. A história do ocidente é o resultado dos contatos, das lutas, dos intercâmbios, das novas relações que nasceram com as viagens (...)

(...) Hoje o significado ideal da viagem realiza-se doutras formas. Uma é emigrar, ir trabalhar para longe. Os extracomunitários, os dirigentes das multinacionais que vêm viver conosco, os nossos trabalhadores que

são enviados pelas empresas para todos os países do mundo, são obrigados a desenraizar-se dos seus próprios hábitos, a aprender a língua dos outros, a inventar novas relações com eles (...)

(...) Mas existe um outro tipo de viagem, a realizada não só no espaço, como também no conhecimento (...)

(...) É estranho, mas a verdadeira eficácia da viagem não depende da diversidade que encontramos, mas sim do afastamento do nosso eu habitual. O que conta não é tanto ver coisas novas, como conseguir aprender a ver todas as coisas com olhos diferentes..."⁸

Nós, desde o início desta intervenção, caracterizamos a função social e cultural da imprensa militar e, ao fazê-lo, de certo modo, focamos uma ou outra questão relativamente às relações internacionais das nossas revistas e mesmo à necessidade do seu estreitamento, se possível, viajando por dentro delas.

Por isso nós, as revistas aqui presentes, estamos convidadas, a fazer uma viagem e partir a descoberta de nós mesmas, pois que somos demasiadamente importantes uma para as outras, desejosas de nos conhecermos. Não calculamos os milagres que podemos fazer, tornando-nos presentes umas às outras, oferecendo o que de mais importante possuímos: a palavra, a idéia, a experiência, o incentivo, a admiração, a crítica, o diálogo, a criatividade, o saber, a coragem e a verdade. Este milagre possível de acolhermo-nos tais quais somos, membros desta grande família militar, torna-nos solidárias e livres. Cada uma mantendo a sua ipseidade cooperará, não tenho dúvidas, em causas comuns, no benefício de

Há muito tempo que as sociedades se deram conta de que não têm outro espaço para viverem senão o mundo conhecido, partilhando-o

todos, das comunidades que servimos e protegemos e dos nossos países.

No fim da viagem cada uma contará a sua aventura e os milagres que fez.

Pormim, revista *Pela Lei e Pela Grei*, vou dar-vos conta de uma viagem, não de 150 anos como a nossa "madrinha" Revista Militar, a quem respeitosa e prestamos sincera homenagem e de quem muito temos recebido, mas do acompanhamento da vida da Guarda nas instâncias internacionais.

Portugal é um país com responsabilidades advindas da adesão ao tratado da União Européia e da sua inserção no espaço Schengen, do ser membro da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

(PALOP'S); cooperante nas operações de paz da ONU e membro da Organização Internacional de Polícia Criminal. Estes compromissos determinaram o condicionamento da missão e atuação da Guarda ao papel que tem vindo e que vem a ser desempenhado pelos seus militares na cena político-militar internacional, com particular relevo no âmbito da cooperação policial.

Esta comprometedor realidade conduziu à necessidade de integrar parcerias e promover ligações. Na sequência deste processo damos particular realce à assinatura do acordo FIEP, onde a revista *Pela Lei e Pela Grei* foi chamada a desempenhar tarefas importantes como órgão de informação institucional.

Mas ouçamos o que o comandante-geral escreveu em editorial no dia 26 de outubro de 1997:

"FIEP, para além de serem as iniciais de França, Itália, Espanha e Portugal, é também a sigla que identifica o acordo de cooperação subscrito pelos corpos de polícia de natureza

militar destes países. A origem histórica e as semelhanças existentes entre as Forças de Segurança de natureza militar, a que o espaço geográfico e cultural do Sul da Europa acrescentou uma maior afinidade, levou a que em 1994 a Gendarmerie National, a Arma dei Carabinieri e a Guardia Civil formalizassem, através de um acordo, as boas relações de operação existentes, conhecido por Acordo Tripartido, ou FIEP. Este acordo desenvolveu-se em três áreas funcionais, designadas por subcomissões de pessoal e formação, organização do serviço e novas tecnologias.

Foi pois com grande satisfação que a Guarda Nacional Republicana, quando convidada em 1996, aderiu imediatamente ao acor-

do, cabendo-lhe este ano a honra de organizar em Portugal a Reunião Anual de Diretores e Comandantes-Gerais, a que a revista da Guarda *Pela Lei e Pela Grei* se associou com a elaboração deste número especial exclusivamente dedicado ao FIEP e às Forças de Segurança que o constituem e que representam nos nossos

países mais de metade dos efetivos policiais, com cerca de 300 mil elementos.

Um melhor conhecimento dos que conosco partilham a característica de possuir um estatuto militar consoante as necessidades ou situações, é também uma das finalidades deste número da revista, que desta forma contribui para dar a conhecer interna e externamente o que são as forças policiais de natureza militar.⁹

Não queremos deixar de informar ainda que esta organização já conta com a integração efetiva da Turquia e novos membros a desejam, a Marechaussée Royale da Holanda e a Gendarmerie Royale de Marrocos

O que conta não é tanto ver coisas novas, como conseguir aprender a ver todas as coisas com olhos diferentes...

⁹ Godinho, Henrique Bernardino, tenente-general, in *Revista FIEP*, Ed. especial da Revista *Pela Lei e Pela Grei*, outubro de 1997.

tendo estas participado já como observadores em todas as reuniões realizadas durante o corrente ano, em Paris (abril de 1999); Ancara (maio de 1999) e Lisboa (junho de 1999), onde se discutiu a criação dos estatutos com vista à formalização, legalização e conseqüente reconhecimento junto de instâncias tais como a ONU e a UE.

Esta edição FIEP foi um bom teste à nossa criati-vidade. A tarefa não foi fácil mas como se tratava de trazer à luz do dia a primeira revista do acordo quadripartido, sentimo-nos confrontados com uma responsabilidade bem acrescida, ou seja, quadripartida. Foi um desafio que essencialmente nos mereceu cuidado especial não só relativamente à capa que teve honras de concepção heráldica, como também relativamente à impressão em três idiomas, fator fundamental no estreitamento das relações multilaterais das guardas militares integrantes, já que o conteúdo fora moldado, de igual modo, sobre a respectiva história, missão, organização e meios.

Sentimos algum orgulho pelo contributo dado à tomada de consciência pelas forças policiais com estatuto militar, afirmando a sua presença a nível europeu, em instâncias de cooperação policial.

Por fim venho dar conta da última parte da viagem que me propus relatar. Resume-se à nossa participação no primeiro Forum Internacional dos Diretores e Redatores de Publicação de Revistas de Policia e Similares, ocorrida em Lyon, em dezembro de 1997.

Gostaria de lembrar que no início desta dissertação tive necessidade de explicar o porquê de ter acrescentado o adjetivo similar ao tema a desenvolver, em função da afirma-

ção da nossa identidade como força de segurança de natureza militar. Pois bem, cabe agora ratificar a explicação que dera para justificar a nossa presença em Lyon aceitando o convite formulado pela Organização Internacional de Policia Criminal, INTERPOL.

Nele estiveram presentes 62 revistas de 33 países de todos os continentes. A nossa presença fora fundamentada na grande necessidade de informação sobre o que de atual se passa no mundo da imprensa policial escrita.

O secretariado da INTERPOL propôs para o Forum duas jornadas de estudos e de intercâmbio sobre temas, mais especificamente relacionados com a concepção, a realização e a edição das revistas especializadas em matéria de policia.

Teve como objetivo permitir aos diretores e redatores responsáveis de publicações de policia se encontrarem e trocarem idéias sobre temas de interesse comum. Permitiu a apresentação de diferentes tipos de revistas, o confronto de políticas de redação e publi-

cação, bem como a demonstração de novos suportes.

No desenrolar dos trabalhos tivemos oportunidade de assistir à apresentação de revistas publicadas pelo Secretariado Geral da OIPC – Interpol: a Revista Internacional de Policia Criminal e a Revista de Falsificações e Contrafações. Seguidamente assistimos à apresentação das diferentes revistas representadas, com a indicação das que iriam intervir.

Das intervenções havidas ressaltou como denominador comum a preocupação de encontrar respostas para as questões que regis-

Não calculamos os milagres que podemos fazer, tornando-nos presentes umas às outras, oferecendo o que de mais importante possuímos: a palavra, a idéia, a experiência, o incentivo, a admiração, a crítica, o diálogo, a criatividade, o saber, a coragem e a verdade

trei e que no meu entender estarão sempre na linha da frente. São elas: procura de autores; a técnica de confecção e de elaboração de uma revista: pesquisa iconográfica, fotocomposição, impressão; os aspectos financeiros: recurso à publicidade ou a outras formas de financiamento; a difusão: prospecção de assinantes; evolução dos suportes: do papel ao numérico, e por fim reprodução e direitos de autor.

Estas questões foram objetos de debate, com diálogos vivos após as dissertações, tornando o ambiente extraordinariamente participativo, interessado e de grande valor informativo.

Não é de estranhar que assim acontecesse, dado que estava em causa a necessidade de responsáveis votados à causa da segurança e bem-estar dos povos, discutirem e congregarem idéias e esforços, no sentido de tornarem as revistas que representavam mais atuantes e adequadas à comunicação institucional.

Existia um sentimento muito forte de que todos somos poucos para as tarefas que nos estão acometidas: transmitir a confiança no futuro, prevenir e agir no presente e acima de tudo fazer a apologia da necessidade de uma intervenção mais eficiente e atuante junto dos nossos interlocutores.

Não foi difícil chegar à conclusão de que as preocupações de quem trabalha na comunicação escrita são, *grosso modo*, comuns. Daí a necessidade de as revistas presentes partilharem informação, troca essa traduzida em quatro pilares: criação de uma rede de contatos entre as redações; criação de uma base de informações acessível, com acordo múltiplo; autorização

de reproduzir artigos e finalmente a possibilidade de troca de iconografia, avançando-se para a criação de um projeto de uma fototeca.

A possibilidade deste intercâmbio, em Lyon, no âmbito do conhecimento, materializado em todas as experiências das revistas, perspectivas no campo informativo, economicista, formativo, normativo e social, redundou numa mais valia do jornalismo institucional que é afinal a razão e o objeto deste nosso e feliz encontro de Lisboa.

A viagem terminou! É curioso o que aprendemos com ela!

O viajante quanto menos concentra as suas preocupações em si mesmo mais se abre aos outros, pondo ao serviço deles todas as riquezas da sua individualidade, da sua vida.

Viver é assim abrir-se aos outros. Fechar-se em si é atrofiar-se e morrer. É abrindo-se que a vida se expande, é dando-se que se desenvolve.

A pessoa humana é social por natureza. Só vive e se desenvolve sadiamente através de verdadeiras relações interpessoais pela necessidade de pertença a um grupo unido pelo mesmo ideal, por objetivos comuns, ações comuns, pela amizade ou a comunhão de vivência autêntica.

Há grupos e grupos, organizações e organizações, instituições e instituições, profissões e profissões...

"A humanidade tenderá a converter-se num amplo grupo de grupos onde a autonomia e singularidade terão de viver em constante equilíbrio com a cooperação e a complementaridade; onde cada um se sinta aceite e estimado; e onde cada membro aceite e estime os outros."¹⁰

Viver é assim abrir-se aos outros. Fechar-se em si é atrofiar-se e morrer. É abrindo-se que a vida se expande, é dando-se que se desenvolve

10 Veiga, Américo, *A Educação Hoje*, Ed. Perpétuo Socorro, 4a ed., Porto, fev. 94.

Assim acontece no plano humano. Assim nos devemos comportar como responsáveis de comunicação social.

Eu, Revista *Pela Lei e Pela Grei* faço questão de terminar esta minha humilde presença junto de vós lendo o texto intitulado "Aliança" – documento da FIEP, que tem inserida junto ao título a frase de Derain: "As idéias não são suficientes – é preciso milagres."

Eu, o documento, sou o embaixador desta confederação:

"Sou aliança que nos deve unir para lá das fronteiras.

Provar a nossa eficácia coletiva pelo cumprimento deste projeto, assegurar a continuidade territorial das nossas guardas europeias, renovar e consolidar a nossa amizade; estas são as áreas da ambição que vos proponho atingir.

Este é o objetivo, este é o desafio que temos de enfrentar.

Por isso vocês militares, oficiais, sargentos e guardas que me recebem, cuidem da aliança que simbolizo.

Por favor não me deixem pelo caminho porque posso perder-me.

Não cortem esta formidável corrente humana que está a germinar.

Ajudem-me a progredir alegremente de unidade em unidade, de guarda a guarda, segundo o caminho indicado e pretendido, e levem-me de mão em mão com a maior rapidez possível.

No fim do meu périplo europeu, tenho que regressar às minhas origens, e só então vocês camaradas desta aliança terão juntos realizado o milagre.

Quando eu voltar contar-vos-ei a minha fabulosa viagem.

Conto convosco.

Obrigado."¹¹

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<INFORMAÇÃO> / Imprensa Militar /; Congressos; Guarda Nacional Republicana (Portugal);

¹¹ In Revista FIEP, Ed. especial da Revista *Pela Lei e Pela Grei*, outubro de 1997.